**A FORMAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: O CASO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ÁGUA NOVA/RN.**

Adelzon Francisco Ferreira Nunes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

[*adelzonnunes@hotmail.com*](mailto:adelzonnunes@hotmail.com)

Isabel Haialy Pereira da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

[*isabelhaily@hotmail.com*](mailto:isabelhaily@hotmail.com)

Mônica Alynne de Souza Bernardo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

[*Monica\_alynne@hotmail.com*](mailto:Monica_alynne@hotmail.com)

Nayanne Costa Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

[nayannerocha@hotmail.com](mailto:nayannerocha@hotmail.com)

**Resumo:**

O presente estudo é fruto das discussões a partir do componente curricular Política e Planejamento da Educação, ofertado em caráter obrigatório no 2º período da Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Objetiva-se por meio deste trabalho, abordar e conhecer as políticas públicas empreendidas pelo município referenciado no âmbito da valorização do magistério, bem como, perceber como acontece a implementação de ações voltadas para melhoria salarial e condições de trabalho do(a) professor(a), tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e o pagamento do Piso Salarial. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo com pesquisa de campo. Para construção de dados utilizamos como métodos a aplicação de questionários de entrevista, no qual, foram respondidos por uma professora da educação infantil da escola investigada. Para salientar nossas discussões realizamos um levantamento bibliográficos nas obras de autores como Tardif (2002), Dourado (2007), Singer (1996), além de outros autores, bem como a Lei n. 9394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), é que iremos desenvolver a construção deste trabalho.

**Palavras-chave**: formação de professores. políticas públicas. valorização do magistério.

**Introdução**

A discussão sobre a formação e valorização dos profissionais da educação nos últimos anos, vem ganhando espaço, na medida em que a educação se trata de um direito a ser exercido democraticamente na cidadania. Em se tratando da formação pedagógica do professor no cenário educacional, Dourado (2007, p. 924) discute com pertinência, ao abordar que, “rever a formação pedagógica requer, portanto, a articulação entre as políticas educacionais e as concepções de formação enquanto processo de construção coletiva”.

Nessa perspectiva, a formação continuada associa-se ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sua rotina de trabalho e o seu cotidiano escolar. Além disso, a formação relaciona-se também à ideia de aprendizagem constante no sentido de provocar inovação na construção de novos conhecimentos que darão suporte teórico ao trabalho.

As políticas públicas de apoio e articulação à formação dos professores, como no caso da LDB – Lei 9.394/96, têm sido imprescindível nos últimos anos, quando se trata da importância professor, tendo em vista que a escola como o lugar ideal no processo de ensino e aprendizagem ganha mais qualidade a partir do fazer pedagógico e autônomo desse profissional em formação e/ ou já formado, preparado e qualificado para exercer o seu papel de educador no âmbito do contexto escolar.

As licenciaturas são parte integrante nesse processo, pois na concepção de Gatti (2010, p. 1359),

As licenciaturas são cursos que, pela legislação, têm por objetivo formar professores para a educação básica: educação infantil (creche e pré-escola); ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação especial (GATTI, 2010, p.1359).

A preocupação com a formação e a valorização da carreira profissional do professor é constante, pois hoje, em função dos grandes problemas que enfrentamos no que diz respeito às aprendizagens escolares em nossa sociedade, a qual se complexifica a cada dia, avoluma-se a preocupação com as licenciaturas, seja quanto às estruturas institucionais que as abrigam, seja quanto aos seus currículos e conteúdos formativos.

Para tanto, desenvolver e discutir um trabalho que busque refletir sobre a formação pedagógica e continuada do professor, é de suma importância para entender o papel preponderante desse profissional no contexto escolar, a partir das suas práticas educativas. Todavia, é importante considerar as palavras de Dourado (2007), quando ressalta a importância das políticas de financiamento da educação, ao abordar que:

Ao mesmo tempo deve-se considerar o papel basilar das políticas de financiamento e regulação da educação, uma vez que os processos de gestão educacional e escolar são fortemente induzidos pela lógica decorrente do financiamento adotado, resultante da caracterização do Estado e da articulação entre as esferas públicas e privadas. (DOURADO, 2007, p. 925).

Deste modo, a valorização do plano de carreira salarial que é, torna-se, um incentivo para que esse professor exerça com alegria a sua missão de educador, não só para a escola, mas como também para a sociedade como um todo incluído no percurso da educação, como garantia, implementação e inclusão de todo. Neste sentido, as políticas de financiamento da educação por meio do Estado, é a iniciativa no tocante ao cumprimento de leis que possibilita implementar um apoio preponderante na valorização e capacitação continuada do educador.

No entanto, apesar de muitas propostas e discussões estarem em pauta neste contexto quando nos referimos à valorização profissional do professor, o que ainda resiste é a falta de incentivo dessa formação, o que implica numa descontinuidade e uma certa resistência, quando se trata da importância desse profissional, não só ao mercado de trabalho, mas a toda sociedade. Para Dourado (2007):

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação. (DOURADO, 2007, p. 926).

A descontinuidade da formação profissional ainda persiste nos programas educacionais de incentivo a qualificação da classe educadora no âmbito pedagógico. Contudo, é preciso resistir a essa descontinuidade, que de certa forma, provoca uma subvalorização no plano de carreira docente. Nesse contexto, é fundamental pensar na busca constante de organização de políticas públicas que incentivem a formação e o plano de carreira do professor na educação, e quanto a isso, tanto diz respeito ao papel do governo federal, como os governos estaduais, que formam o eixo basilar do Estado em caráter nacional como um todo.

Partindo dessas perspectivas que irão estar em pleno curso de discussão deste trabalho, o nosso estudo tem como objetivo, abordar e conhecer as políticas públicas empreendidas pelo município de Água Nova no âmbito da valorização do magistério, bem como, perceber como acontece a implementação de ações voltadas para melhoria salarial e condições de trabalho do(a) professor(a), tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e o pagamento do Piso Salarial.

O método de pesquisa que vai nortear a construção deste trabalho, é basicamente a abordagem qualitativa, pois, no dizer de Chizzoti (2008), a pesquisa qualitativa, é uma abordagem que valoriza os aspectos dos fenômenos, abrigando diferentes correntes, onde dentro da pesquisa qualitativa, iremos discorrer ainda da *pesquisa-ação*, que no dizer de Thiollent *apud* Gil (2010, p. 42)

Um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou ainda, com a resolução de um problema coletivo, onde todos pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENTE *apud* GIL, 2010. P.42).

Esses métodos de pesquisas irão nortear o caminho da nossa discussão, interpretando os fenômenos e os sujeitos que estão envolvidos, que no caso, são a formação e a qualificação dos professores, bem como o papel do Estado nesse contexto.

O *lócus* da pesquisa, é a rede municipal de ensino da cidade de Água Nova/RN, no qual por meio de questionário de entrevistas, coletamos informações da Professora de educação infantil da rede municipal de ensino, que foram de extrema importância para o nosso trabalho, procurando discorrer uma discussão, em que se possa entender como se dá a formação e a qualificação continuada da classe educadora do município de Água Nova.

Por meio das discussões teóricas, Tardif (2002), Dourado (2007), Singer (1996), além de outros autores, bem como a Lei n. 9394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), é que iremos desenvolver a construção deste trabalho.

O trabalho está estruturado em três seções, no qual, as duas primeiras seções são de discussões teóricas, em que iremos discorrer da formação continuada do professor no país, bem como as políticas articuladas pelo Estado, que possibilitem os caminhos dessa formação. A terceira e última seção, é uma análise dos resultados, no que se refere ao *lócus* da pesquisa, procurando entender o papel da gestão pública municipal de educação, baseado nos programas de formação, que contribuam para a carreira docente, da educação infantil, aos anos finais e do ensino médio.

**A formação continuada do professor: caminhos e perspectivas**

Propor uma série de discussões em torno da formação do professor, é também compreender o papel desse profissional para a formação do ser humano, como também entender, que este profissional, deve ser reconhecidamente favorável por meio de políticas implementadas e articuladas pelo Estado, através de investimentos, que fortaleçam a sua carreira. Para Dassoler e Lima (2012, p. 2) o texto constitucional de 1988, atendendo aos anseios da sociedade civil, assegurou “a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família” (BRASIL, 2010). Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões pessoal, histórica, política e social.

Por meio desta discussão, é de suma importância, compreender a Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que entre outros aspectos, dispôs de forma específica sobre a formação dos profissionais da educação. Todavia, vale verificar a orientação, por meio da LDB, que diz:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Destaca-se que a LDB priorizou os termos de formação profissionais da educação e a formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino superior promover o aperfeiçoamento continuado do educador. Ainda estabeleceu a associação entre as teorias e as práticas, mediante a formação contínua, bem como o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais.

A qualidade profissional e o percurso de uma formação continuada, são caminhos que devem estar situados no âmbito do interesse de uma educação com melhor qualidade, seja na esfera nacional, regional ou local. Para Dourado (2007, p. 937), “o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares constitui-se em avanço importante frente ao pragmatismo das políticas do governo para a gestão escolar.” Esses programas têm como meta, abranger o grau de eficiência em nível de formação e implementação da carreira do profissional educador, sobretudo, neste início de século, quando percebemos que a educação se constitui cada vez mais como um bem maior delineado pelo papel do professor.

Apesar de inúmeras propostas, orientados por programas nacionais, como no caso a LDB, o FUNDEB e tantos outros, percebe-se por parte do Estado, ainda a grande deficiência e carência no nível de investimento por parte da formação continuada do professor em sala de aula.

**Os desafios da formação continuada**

Todos sabemos da existência e da importância dos programa e políticas focalizadas, quando se trata dos fundamentos de destinar os recursos para o financiamento da educação básica, principalmente a formação da carreira docente. Dourado (2007, p. 927) argumenta, que nessa direção, “houve um conjunto de políticas de reestruturação da gestão, organização e financiamento da educação básica”. O autor ainda cita Cury (2002, p. 197), ao falar que nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) promoveram-se diversas alterações fortemente marcadas:

[...] por políticas focalizadoras, com especial atenção ao ensino fundamental, a fim de selecionar e destinar os recursos para metas e objetivos considerados urgentes e necessários. Tais políticas vieram justificadas por um sentido, por vezes satisfatório, do princípio da equidade como se este fosse substituto do da igualdade. (CURY *apud* DOURADO, 2007, p. 927).

É possível perceber a emergência que essas políticas, promoveram de programas e ações, orientados pelo governo federal, aos estados e municípios, destacando-se:

A disseminação de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), pelo FUNDESCOLA, a criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a implementação de uma política de avaliação fortemente centralizada, em detrimento de um sistema que propiciasse a colaboração recíproca entre os entes federados. (DOURADO, 2007, p. 927).

Inúmeros programas, disseminados para atender as demandas de melhoria da educação básica, tem sido proposto pelo governo federal, sobretudo a partir do final da década de 1990, já em pleno século XXI, o Estado despertou o interesse, em ofertar cursos de capacitação e formação para professores, com o objetivo da valorização sobretudo, no orçamento do Piso Salarial e do plano de carreira desses educadores. A verdade é que ainda a muito a se fazer, quando se trata da valorização profissional, ora do ponto de vista da formação, ora do ponto de vista do piso salarial, garantido a esses profissionais.

Na visão de Dourado (2007, p. 928), “os programas federais de educação básica, atravessados por concepções distintas e até antagônicas, realçam o cenário contraditório das ações governamentais”. Diante do exposto do autor supracitado, certas concepções acabam por afetar os cursos de formação e capacitação dos profissionais da educação.

As políticas educacionais deve ser tratadas de forma coletiva, e não com interesses individualistas, mas, que atenda ao bem coletivo de todos com acesso a uma educação de qualidade, e a formação de professores, não deve fugir dessa questão, todavia, por se tratar de uma formação que lhe assegure, transmitir saberes necessários para formação e capacitação dos educandos, por se tratar desse professor obter por meio de melhorias salariais, condições dignamente respeitadas. Ao tratar de uma educação democratizada, Singer (1996), argumenta com propriedade, ao dizer que:

A democratização do processo educativo deveria ir além, tratando de construir em cada escola uma verdadeira comunidade de todos os envolvidos, em que a natural superioridade dos professores e administradores fosse compensado por respeito, pela vontade e pelos sentimentos dos outros membros, sobretudo dos mais jovens e mais fracos (SINGER, 1996, p. 15).

Entende-se que o processo educativo se dá dessa forma, quando o professor é respeitado como o sujeito, dotado de conhecimento e qualidades o suficiente para atuar de forma primordial, na construção do fazer pedagógico e na formação de cada sujeito envolvido no processo de ensino e aprendizagem, o professor é um sujeito, em que nas palavras de Tardif (2002, p. 230) “[...] é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir de significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade [...]”.

De um modo geral, a função de educador, não é apenas fundamental para a escola, mas para o município, o estado ou o país como um todo, tratar dos investimentos à educação, sobretudo no que concerne na formação com qualidade e compromisso à carreira docente, é papel preponderante que cabe ao Estado, uma vez que “às múltiplas atribuições dos sistemas educativos e aos programas de formação se insere a valorização e o papel social do professor na pós-modernidade”. (DASSOLER e SILVA, 2012, p. 4).

**Discutindo a formação e a qualificação dos profissionais da educação na Rede Municipal de ensino em Água Nova/RN**

Quando se trata de discorrer de uma discussão, que se trata das políticas educacionais, sobretudo no que concerne à valorização do trabalho do educador, partindo desde à sua formação, até a sua valorização em termos de melhoria salarial, é imprescindível, além da discussão teórica, apresentar resultados empíricos, da constituição do estudo de um determinado lugar, para que se compreenda como se dá o processo de políticas educacionais, deste determinado lugar.

No caso da nossa empiria, partimos da rede municipal de educação da cidade de Água Nova, compreendendo o processo de formação de cada professor, as políticas nacionais que se inserem no contexto local e que contribuem para a formação continuada dos educadores deste município. Partindo dessa premissa, percorremos o caminho da nossa pesquisa, não só traçando o papel de futuros educadores, mas, também de pesquisador. Pois, utilizando as palavras de Queiroz (2015, p. 41), “na atualidade, o perfil, que se traça de professor, é o de pesquisador de sua própria prática”.

Constitui a empiria deste trabalho, uma professora de educação infantil, no qual, iremos denominá-la de professora “F”. para entender como se dá as políticas educacionais do município, utilizamos por meio de questionários de entrevista, no qual, foram respondidos pela professora.

Durante a aplicação dos questionários, foi levado em consideração, a formação do professor, por meio da implementação de ações voltadas para melhoria salarial e condições de trabalho do(a) professor(a), tendo como parâmetro a reformulação do PCCS e pagamento do Piso Salarial.

Quando interrogamos a professora se ela conhece o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do município e se tem conhecimento de que ele foi reformulado para atender as exigências do PISO, quais as principais conquistas, avanços e retrocessos, ela respondeu que SIM, respondendo da seguinte maneira

*Sim. A Lei nº 137 de 27 de abril de 2010 de que dispõe sobre o plano de cargo, carreira e remuneração do magistério público no município de água nova, e dá outras providências. No entanto houve alterações que não me apropriei totalmente. Sim, mas ainda há questões pendentes que precisam de atualizações. As principais conquistas e avanços 1º a existência de uma lei que assegurar uma política de valorização dos trabalhadores docentes da educação básica, progressão da carreira desses profissionais, garantir um piso salarial nacional “igual” pra todos de acordo com a formação, o incentivo a formação inicial e continuada dos profissionais da docência, garantia na previsão orçamentária anual do município, entre outros; retrocesso - na realidade reajuste do piso salarial não acompanha a inflação, então essa dita “valorização” não condiz com o trabalho duro da docência nos diversos segmentos da área educacional; pouco conhecimento dessa lei por parte da maioria da categoria docente* (Professora F, trecho do questionário).

Dentre as cinco perguntas utilizadas no questionário de entrevista, selecionamos uma, delas em destaque acima, como pode-se perceber, no qual a professora F, salientou a lei nº 137, que dispõe do plano de cargo, carreira e remuneração do magistério público de Água Nova. Pelo visto, Água Nova é um dos municípios, cujo órgão público é a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que valoriza de forma pertinente a carreira docente, o que contribui de forma positiva para o trabalho e o papel docente em sala de aula.

Uma outra questão a ser colocada, é o processo de formação inicial e continuada do magistério, onde, 100% dos docentes já estão com a formação inicial em pedagogia, em que aconteceu através de cursos financiados pelo MEC através de universidades estaduais, federais ou institutos conveniados, outros professores se formaram por universidades particulares em casos financiados metade pela prefeitura e metade pelo próprio docente.

A formação continuada acontece na escola através dos estudos com a coordenação pedagógica, bem como em outros espaços formativos, entre os quais as universidades públicas e privadas, institutos federais instalados na região, através dos programas ofertados pelo governo federal, de forma presencial, semipresencial e a distância, entre outros, com cursos de atualização de curta e média duração, especialização e mestrado. As vantagens se configuram na formação de uma equipe atualizada e qualificada, onde isso ocorre em instituições credenciadas. Os limites permeiam pela dificuldade de conciliar trabalho com formação, onde muitas vezes o tempo dedicado a formação se torna curto em detrimento as demais atribuições da vivencia dos profissionais; distância entre o local de origem ao local de formação; quando essa formação é a distância muitas vezes vem a desmotivação pelo baixo conhecimento com as tecnologias, e ou a falta dos recursos tecnológicos, entre outros.[[1]](#footnote-1)

Diante das entrevistas coletadas a respeito, da formação e do plano de carreira do professor, é importante destacar também, a Lei nº 137 de 27 de Abril de 2010, no qual, dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público no Município de Água Nova, que destaca entre os outras disposições preliminares:

Art. 1º Esta Lei disciplina a organização do Magistério Público do Município de Água Nova, estrutura o Quadro de Carreira e de Remuneração do Magistério, regulamentando sua implantação e gestão, com base nas Diretrizes Nacionais estabelecidas pelas Leis Federais n° 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 11.494/07 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação/FUNDEB, 11.738/08 – Piso Salarial Profissional Nacional, Resolução nº 02/09 CNE, e nas legislações complementares, Federal, Estadual e Municipal. (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2010. p. 01).

Contudo, vimos que por meio da aplicação de questionário, pôde-se perceber que na cidade de Água Nova, se dá a formação e a qualificação dos professores que atuam em sala de aula, tanto pelas políticas financiadas pelo município, como pelo próprio Ministério da Educação. Assim, este trabalho é a continuidade de uma pesquisa feita a partir da realidade das políticas de educação, no qual, Água Nova, foi o nosso campo de pesquisa, abordando a valorização e a formação da carreira do professorado na educação básica.

**Considerações Finais**

Diante do estudo abordado, ficamos satisfeitos com o processo da pesquisa, uma vez que discutir sobre reformas educacionais, principalmente no atual contexto do país, em que estamos vivendo um retrocesso, não é nada fácil, mas, nos aventuramos por meio desta discussão, acreditando sempre que a educação é o melhor caminho e instrumento para uma sociedade mais justa, libertária e democrática.

Por fim, acreditamos também, que a valorização da formação com qualidade, decência e respeito ao professor, possam ser vistos como prioridade ainda, nas reformas políticas e educacionais deste país, possibilitando aos professores melhores condições de trabalho e salários justos, garantias essas, que são cumpridas no município de Água Nova, no que tange ao cumprimento do piso salarial nacional e às formações dos educadores da rede municipal de ensino.

**Referências**:

ÁGUA NOVA. **Lei nº 137 27 de Abril de 2010**. Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público no Município de Água Nova e dá outras providências. Água Nova:RN, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:**promulgada em 5 de outubro de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia paraAssuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 25/11/2016.

\_\_\_\_\_\_.Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de1996. Institui a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394>. Acesso em: 25/11/2016.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DASSOLER, O. B.; LIMA, D. M. S. A formação e profissionalização docente: características, ousadias e saberes. In: **IX Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul**. São Paulo, 2012.

DOURADO, L. F. Política e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas**. Educ. Soc.**, vol. 28, n. 100, Campinas, 2007. p. 921-946. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07/12/2016.

GIL, A. C**. Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 113, Campinas, 2010. p. 1355-1379.

QUEIROZ, L. C. de. Pesquisa e formação de professores: uma proposta de integração. In: FERREIRA, M. S.; LOPES, M. B.; QUEIROZ, L. C. de. (orgs). **Investigação em Educação: diversidade de saberes e práticas**. Fortaleza: Imprece, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

1. Questionário de entrevista aplicado a uma Professora da Educação Infantil do Município de Água Nova/RN. [↑](#footnote-ref-1)